



M MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

28 de Janeiro de 2011

Não ao salário mínimo de fome Pelo salário mínimo vital

Aos assalariados

No final de seu governo, Lula aprovou o reajuste do salário mínimo de R\$ 510,00 para R\$ 540,00. Deixou, no entanto, a solução final para Dilma Rousseff, que, por sua vez, confirma esse valor. As Centrais sindicais reivindicam R\$ 580,00.

Qual deve ser o salário mínimo que, de fato, atenda às necessidades básicas de uma família de quatro pessoas? Essa pergunta é o ponto de partida. Qualquer assalariado pode fazer as contas de quanto precisa para a alimentação, vestuário, habitação, despesas de residência, transporte, saúde, educação e lazer.

Caso seja extremamente contido, chegará à conta de R\$ 2.227,00, que corresponde aos cálculos do Dieese para dezembro de 2010. Caso coloque as necessidades plenas, obterá R\$ 3.824,00, que corresponde ao cálculo feito por nós do Partido Operário Revolucionário (POR).

As Centrais sindicais (CUT, Força Sindical, Central Sindical e Popular-Conlutas e outras) devem convocar assembleias em todos os sindicatos para apresentarem seus cálculos e receberem os cálculos dos trabalhadores. Assim, o movimento operário pode se organizar para reivindicar um verdadeiro salário mínimo ao governo e rechaçar a miséria de Lula e Dilma.

Os burocratas sindicais não convocam as assembleias porque não querem que as massas oprimidas saiam à luta por suas necessidades reais e contra a brutal exploração do trabalho. Não querem que os assalariados se choquem com o salário mínimo favorável aos patrões decretado por Lula e seguido por Dilma.

Trabalhadores, não aceitemos nem o mínimo de R\$ 540,00, nem o de R\$ 580,00. São de miséria e

perpetuam a fome de milhões! Exijamos das Centrais e sindicatos a convocação de assembleias para organizar a luta coletiva nacional pelo **SALÁRIO MÍNIMO VITAL**.

A inflação está de volta É necessária a defesa da escala móvel de reajuste

O custo de vida vem se acelerando nos últimos meses. Alimentação e transporte em alta atingem em cheio os salários da maioria. Em 2010, o índice do custo de vida calculado pelo Dieese alcançou 6,91%. O Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas, que envolve os mais pobres, chegou a 7,33%. Essa alta se deve ao aumento da carne bovina (33,9%), ao leite longa vida (25,5%), ao arroz e feijão (19,2%) e às passagens de ônibus (9,62%).

A tendência para 2011 é do custo de vida continuar subindo e também o índice inflacionário geral. A meta inflacionária de 4,5% fixada pelo governo já não pode ser cumprida.

Quem paga o aumento dos preços é a população trabalhadora que vive dos minguados salários, principalmente quem depende do salário mínimo. Os grupos capitalistas mais poderosos ganham com a subida dos preços e com eles a taxa de juros. Ocorre que a inflação provoca brutal expropriação de parte dos salários, que vão tendo seu poder de compra rebaixado.

A crise mundial do capitalismo leva a classe capitalista a aumentar a exploração do trabalho. A inflação é um sintoma da crise e um meio para os exploradores reduzirem os salários.

A máscara do “paraíso” capitalista apresentado

nos últimos dez anos para os explorados começa a ruir e a mostrar sua real face de opressão, pobreza e miséria da maioria. É preciso desde já armar a classe operária e os demais explorados para enfrentar a nova situação econômica e social que se abriu com a crise mundial de 2008 e em que continua a desmoronar o capitalismo.

Coloca-se a defesa da implantação da **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**. Ou seja, *que os salários sejam corrigidos automaticamente de acordo com a alta da inflação*. O **SALÁRIO MÍNIMO VITAL** tem de ser protegido pela **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**. Não há outra via de proteção dos assalariados frente à exploração capitalista.

Que as Centrais rompam o acordo antioperário com o governo

Tanto Lula quanto Dilma alegam que o salário mínimo de R\$ 540,00 resulta do acordo feito com as Centrais. Estabeleceu-se que o reajuste anual se basearia na média do crescimento dos dois últimos anos mais a inflação do ano em vigor. Como o crescimento do Produto Interno Bruto foi prejudicado pela crise de meados de 2008, foi negativo (-0,6%) em 2009, e a inflação oficial chegou a 5,5%, então as Centrais deveriam acatar o que foi acordado.

Esse tipo de acordo antioperário dá nisso. Há um único critério que deve nortear os sindicatos e as Centrais: *o cálculo das necessidades vitais*. A subordinação do salário mínimo a qualquer critério da economia capitalista resulta em continuidade da exploração para os assalariados e do acúmulo de capital para a burguesia.

O governo burguês de Lula e de Dilma se acha no direito de dizer aos sindicalistas pelegos: vocês concordaram com o critério, agora acatem! Mas esse acordo não foi discutido pela classe operária. Não houve assembleias nos sindicatos para decidir. Não ocorreu um congresso de base, com ampla representação fabril, convocado pelas Centrais. O acordo foi de cúpula, entre governo, capitalistas e burocracia sindical vendida.

O Partido Operário Revolucionário vem perante a classe operária e demais explorados defender que as Centrais rompam o acordo antitrabalhador! Que convoquem as assembleias e o congresso de base! Que se organize uma campanha nacional pelo SALÁRIO

MÍNIMO VITAL COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE.

O método de luta da classe operária é o da ação direta

Não se pode confiar no governo da burguesia. Lula prometeu dobrar o salário mínimo em seu primeiro mandato. Não cumpriu nem nos oito anos de governo. Começou com um reajuste acelerado, uma vez que o salário mínimo estava no fundo do poço. Mas assim que atingiu um patamar, modificou o critério de reajuste de forma a rebaixar o aumento acima da inflação.

As Centrais colaboraram para essa mudança contrária aos interesses dos assalariados. O argumento é de que o governo estava fazendo o possível. Muito mais do que fez o de Fernando H. Cardoso. Outro é o de que sequer dá para defender o salário mínimo do Dieese, porque a economia não aguenta e o governo não atenderia. Assim, um salário mínimo vital é irreal. O que caberia fazer era convencer o governo a dar aumentos a conta-gotas.

Esse é um argumento falso, antioperário e pró-capitalista. A defesa dos salários se dá por meio da correlação de forças entre os explorados e os exploradores. Ou seja, por meio da luta de classes, na qual o proletariado utiliza sua força coletiva (as greves, ocupações, manifestações etc.). Sem que use o método da ação direta, a classe operária permanece submetida à vontade soberana e ditatorial da burguesia, de seu Estado e de seu governo.

As reivindicações dos assalariados partem das necessidades e das condições de exploração capitalista e não do que a economia aguenta ou do que a burguesia é capaz de atender. Somente a luta decide o quanto se consegue conquistar. Mas a burocracia sindical está à frente dos sindicatos e das Centrais justamente para evitar a ação direta e a organização coletiva dos explorados.

Em contraposição, o POR convoca a classe operária, os demais explorados e a juventude oprimida a levantar a bandeira de independência dos sindicatos e Centrais frente à classe capitalista e seu Estado. A defender as reivindicações que expressem as necessidades e a luta contra a exploração capitalista. E organizar o movimento sobre a base da ação direta. Por uma campanha nacional de luta em defesa do salário mínimo vital com escala móvel de reajuste!